

“Índios muzicos” do século XVIII: a banda indígena de Itapecerica (1767-1835)

Daniel Issa Gonçalves 

Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes | São Paulo, SP, Brasil

Paulo Castagna 

Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes | São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Fundada em fins do século XVII como aldeamento indígena, Itapecerica teve registrada, desde muito cedo, a presença de um conjunto musical. Um ofício do governador da Capitania de 1767 já solicitava a presença dos “índios muzicos da dita aldeia” numa festividade de outra localidade, e os censos do aldeamento acusam a existência de um “organista e mestre da solfa” indígena em 1773. Em 1802, haviam oito músicos entre os aldeados. Com o objetivo de aprofundar a investigação sobre o tema, empreendemos uma busca nos censos de Santo Amaro (1766-1847), cuja jurisdição abrange a aldeia de Itapecerica, com o intuito de localizar outros registros dos músicos ativos. A seguir, cruzando os dados obtidos com os registros paroquiais do aldeamento, conseguimos traçar esboços biográficos de dezoito músicos indígenas, recuperando suas histórias assim como a do conjunto musical a que pertenciam, abrindo novas frentes de pesquisa sobre a atividade musical dos aldeados.

Palavras-chave: Músicos indígenas, Música colonial, Itapecerica, Aldeamentos indígenas, História da música no Brasil.

Abstract: Itapecerica was founded at the end of the 17th century as an indigenous mission, which, from an early age, registered the existence of a musical ensemble. An official letter from the governor of the Captaincy in 1767 requested the presence of its musicians in the festivities of the Fazenda Sant’Anna, and the censuses of 1773 indicate the existence of an indigenous “organist and music master”. In 1802, there were eight musicians among the villagers. Therefore, we undertook a search in the censuses of Santo Amaro (1766-1847), where the village of Itapecerica is also registered, in order to find more records of musicians active there. Then, comparing the results with those of the parish records of Itapecerica, we were able to reconstruct the biography of eighteen of these indigenous musicians, recovering their stories as well as that of the musical ensemble of the village, opening new research fronts on the musical activity in the missions.

Keywords: Indigenous Musicians, Colonial Music, Itapecerica, Jesuitic Missions, History of Music in Brazil.

A história das aldeias de Itapecerica, Embu e Carapicuíba parecem ter estado sempre interligadas. Os três aldeamentos indígenas teriam sido fundados e custodiados pelo Padre Belchior de Pontes, nativo da paragem Pirajussara (nos arredores do rio do mesmo nome, na região do atual bairro do Butantã), onde seus pais eram moradores. De acordo com o Padre Manoel da Fonseca, que pelos anos de 1738 era o clérigo responsável por Itapecerica (Corrêa, 1999, p. 46), a origem de Itapecerica como aldeamento se deu pela necessidade da transferência dos indígenas concentrados em Carapicuíba, cujos campos de cultivo estavam em vias de esgotamento. Essa menção da biografia do Padre Belchior de Pontes (de autoria do próprio padre Manoel da Fonseca), é uma espécie de certidão de nascimento do aldeamento de Itapecerica:

Alguns annos se conservou no mesmo lugar esta povoação [Carapicuíba], mas como as terras da nossa America descahem muito, tanto que lhes faltaõ as madeiras, e os seus lavradores se não applicaõ aos arados, e mais instrumentos, com que na Europa se fazem eternas as fazendas; foy necessario mudá-la para terras virgens, e cubertas de mattos, onde houvesse commodidade, para que os Índios, que ja eraõ muitos, pudessem ter abundancia de mantimentos com que se sustentassem. Não pareceo bem ao Padre Pontes esta mudança, e he tradiçãõ entre os mesmos Índios que elle dissera que não havia de deixar de ser Aldêa Carapicuyba. O tempo tem mostrado que foy vaticinio; porque alguns dos Índios mudados para Itapycryca nunca deixaraõ o lugar, em que se tinhaõ criado. (Fonseca, 1952 [1752], p. 120-121)

Ainda que alguns autores reiviniquem uma origem muito anterior, Dora Shellard Corrêa (1999, p. 38), que reuniu em livro muita da informação esparsa sobre Itapecerica, indica que a origem do aldeamento se deu possivelmente por volta de 1689 com base em Serafim Leite, que acusa ali a existência de um orago dedicado a Nossa Senhora dos Prazeres a 15 de junho de 1689. Pasquale Petrone (1995, p. 153), observa que Itapecerica foi estabelecida num sítio em acrópole à semelhança de outras aldeias e aldeamentos do século XVI, indicando a possibilidade de que o local tivesse tido ocupação humana anterior. O nome Itapecerica, que em tupi significa “pedra lisa e escorregadia”, se deve a uma lousa de pedra existente em frente à matriz, sobre a qual foram erguidas casas. Parte dela pode ser vista ainda hoje num terreno baldio à rua Henrique Sóter Fernandes.

Apesar de sua antiguidade, ao contrário do Embu, cuja igreja do Rosário conserva ainda uma antiga talha setecentista, ou de Carapicuíba, cujo conjunto arquitetônico ainda apresenta o aspecto de sua (re)construção no início do século XVIII (ambos tombados pelo IPHAN), o interior da matriz

de Itapecerica nada abriga de singularmente antigo. Segundo Leonardo Arroyo:

Assim, nas vizinhanças de São Paulo vamos encontrar a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapecerica, antiga aldeia de índios por desdobramento de Carapicuíba, no século XVII, onde andou pregando bondade o padre Belchior de Pontes. Foco de conflitos curiosos entre católicos e protestantes, êstes representados pelos alemães que ali se localizaram no século XIX. Nada aí resta do seu espírito antigo. Muito pelo contrário, lá se encontra um templo enorme e feio, encardido do tempo, amargando a pobreza de suas decorações e do seu interior, profundamente vago, irreal, apesar de datar, o templo, apenas de 1923 (Arroyo, 1966, p. 292).

Também diferentemente do Embu, o inventário dos bens dos jesuítas da aldeia de Itapecerica, realizado em 1780, não possui referência a instrumentos musicais ou papéis de música (Holler, 2006, v. 1, p. 89). Apesar disso, segundo Petrone, uma das particularidades do aldeamento de Itapecerica em relação aos demais era justamente a presença, desde o século XVIII, de uma "banda" de músicos:

A banda de Itapecerica havia sido, aliás, um de seus elementos mais característicos. Certamente de tradição jesuítica, fora organizada para alegrar os dias de festividades religiosas. Na segunda metade do século XVIII foi solicitada ao que parece com frequência, para fora do aldeamento; veja-se, por exemplo, a ordem de julho de 1767, para que mandassem 'os indios muzicos da dita Aldea, q' no dia vinte e quatro deste corrente mez se achem na fazenda de S. Anna termo desta cidade, com todas as Solfas, e instrumentos que tiverem, para se festejar a Snr.^a Santa Anna desta Fazenda'. A festa em questão deve ter contado assiduamente com os músicos indígenas, segundo faz supor outra solicitação de 1784. (Petrone, 1995, p. 289)

A principal fonte a que se refere Petrone se encontra entre os "Ofícios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão aos diversos funcionários da Capitania (1765-1771)" e consiste em uma ordem do Morgado de Mateus ao diretor do aldeamento de Itapecerica com o teor seguinte:

Portaria p.^a virem os Indios de Itapesserica p.^a a festa q' se faz á Santa Ana// Ordeno ao Diretor da Aldea de Itapesserica mande aos Indios muzicos da dita Aldea, q' no dia vinte e quatro deste corrente mez se achem na fazenda de S. Anna, termo desta Cidade, com todas as Solfas, e instrumentos que tiverem para se festejar a Snr.^a Santa Anna desta Fazenda. São Paulo a 17 de Julho de 1767. (Documentos, 1940, v. 65, p. 171)

A segunda fonte de Petrone, um ofício do governador Francisco da Cunha de Meneses (1747-1812), se trata igualmente de uma solicitação de músicos indígenas para a festa de Santa Ana, porém não especifica o seu aldeamento de origem: "Para os Registos, ou Fortalezas. [...] A 12 de Julho de

1784, se mandarão buscar os Índios Muzicos p.^a a festa da Snr.^a S. Ana." (Documentos, 1960, v. 85, p. 33).

Petrone utiliza também uma lista dos habitantes de Itapecerica do ano de 1802 (disponível em Boletim, 1948, p. 145-155) na qual figuravam as profissões dos mesmos – e onde estão listados sete músicos¹. Usando a mesma fonte, Márcio Marchioro acredita, como Petrone, que a banda teria sido “organizada conforme tradição jesuítica”, notando que:

há três músicos entre os chefes² e um deles tem um filho músico num total de sete músicos citados na lista. O curioso é notar que mesmo já meio século da expulsão dos jesuítas das aldeias a banda, conforme indica a lista, ainda perdura [...] Tudo isso sugere uma participação da banda na distribuição das hierarquias de prestígio dentro da aldeia e, quiçá, influenciando na eleição dos prováveis capitães-mores. Talvez o fato de se apresentarem para os colonos em festas religiosas faça desses chefes-músicos grandes articuladores junto à sociedade colonial e, por isso, muito bem credenciados para o posto. (Marchioro, 2006, p. 100)

Com o intuito de aprofundar a investigação sobre o tema, empreendemos uma busca nos censos de Santo Amaro (1766-1847), cuja jurisdição abrange a aldeia de Itapecerica, com o objetivo de localizar registros dos músicos ali ativos. A seguir, cruzar os dados obtidos com os registros paroquiais do aldeamento para poder traçar esboços biográficos desses músicos indígenas, recuperando suas histórias assim como a do conjunto musical a que pertenciam, de forma a abrir novas frentes de pesquisa sobre a atividade musical dos aldeados.

1. Itapecerica como aldeamento indígena (1689-1827)

Na fase jesuítica, o aldeamento certamente seguiu o regimento estabelecido pelo Conde de Sarzedas (datado de 10 de maio de 1734) que dava providências para que as comunidades indígenas reunidas nas aldeias não se dispersassem, o que restringia consideravelmente a liberdade de circulação do aldeados:

¹ Oito, se contarmos o filho de um deles, também músico. Petrone especula também que “em algumas casas, de Embu, ou São José, Itapecerica ou Carapicuíba, um instrumento de música, trompa ou tambor, baixo ou pratos, seus moradores pertencendo a bandas, deveriam ser os elementos de maior evidência. Contudo, é mais provável que o instrumental fosse conservado junto à Igreja.” (Petrone, 1995, p. 324).

² Os “chefes” a que se refere Marchioro são os indígenas com patentes militares.

Não poderão os Índios ou Índias das d.^{as} Aldeyas sahir p.^a fora desta Capp.^{nia} nem passar as Minas sem lissensa minha. [...] Não poderão os Índios sahir das ditas Aldeyas, nem ainda ao Porto do Cubatão a conduzir cargas, sem o dar a saber ao seu Superior (Documentos, 1896, v. 22, p. 73)

Da mesma forma, estabelecia a submissão dos seus habitantes à autoridade dos padres da Companhia de Jesus, cabendo aos indígenas obediência assim como a responsabilidade de servi-los – além de trabalharem para a própria subsistência³. O regimento previa também, além da atividade do plantio, o estabelecimento de ofícios:

[...] que aos colomins⁴ e rapazes das d.^{as} Aldeyas se mandem ensinar os off.^{os} das artes mecanicas, e athé agora me não consta se lhe tenha dado cumprim.^{to} os PP.^{es} Superiores, e devem logo executar dando-me logo huma lista dos rapazes que tiver cada hûa das Aldeyas p.^a se apresentarem ao D.^{or} Ouv.^{or} g.^{al} desta Com.^{ca} p.^a se partirem pellos M.^{es} de off.^{os}, e ajustar o tempo em q.['] os hão de dar emsinados, de que se hade fazer obrig.^{ção}, e os q.['] se auzentarem ou fugirem, serão logo conduzidos pellos off.^{es} das Aldeyas, aos quais se lhes seguirá hûa grande utilidade havendo off.^{es} nellas. (Documentos, 1896, v. 22, p. 75)

A autoridade na aldeia deveria ser exercida por indígenas aos quais seriam outorgadas patentes militares⁵, e que estavam incumbidos de garantir o cumprimento das determinações do poder colonial, assim como aquelas dos eclesiásticos que administravam as aldeias:

Nas Aldeyas deve haver off.^{es} dos Índios escolhendosse p.^a os postos os de mais capacid.^e p.^a darem cumprim.^{to} as ordens deste Gov. como tãobem ao do Superior de cada hûa das Aldeyas, e quando alguém dos d.^{os} off.^{es} cometa culpa me deve dar conta o d. Superior p.^a ser castigado, e tirado do posto se for conveniente." (Documentos, 1896, v. 22, p. 76)

³ "Os PP.^{es} Superiores devem ser seruidos dos Índios das Aldeyas [...] e procurarem q.['] os Índios e Índias não sejam ociosos, e fação suas lavouras p.^a se sustentarem, e a seus filhos, e os que tiverem familia, de os mandar as menos vezes que for possivel por fora por evitar a falta de mantimentos que terão na sua abzencia." [...] "Todos os Índios e Índias devem ter grande resp.^{to} e veneração aos PP. Superiores, e os q.['] faltarem ao decoro que se lhe deve, os deve castigar o d. Superior com brandura não sendo a sua culpa que mereça mayor demonstração." (Documentos, 1896, v. 22, p. 74-75).

⁴ Curumins.

⁵ Essas "autoridades" indígenas no interior dos aldeamentos eram escolhidas segundo seus "bons costumes" pela governança da colônia, mesmo após o período jesuítico, como mostra um ofício do general Francisco da Cunha Menezes governador da capitania de 1782 a 1786: "P.^a o Indio Angelo Frz', ser Cap.^m Mor da Aldeya de Itapeçerica. Nomeyo p.^a Cap.^m mor dos Índios da Aldeya de Itapeçerica, a Angelo Fernandes, indio da mesma Aldeya, atendendo a sua capacid.^e, e bons costumes, comq. espero, se conduza no governo della, evitando todas as dezordens prejudiciaes ao Bem comum. Todos os Índios da respectiva Aldeya conheção, e hajão ao dito Angelo Fernandes, por seo Cap.^m Mor e como tal o obedeção e cumprão suas ordens em tudo o q. for pertencente ao Real Serviço, e ao aumento da sobred.^a Aldeya. S. Paulo a 2 de Março de 1785 // com a rubrica de S. Ex.^{ma}" (Documentos, 1960, v. 85, p. 39).

Uma vez expulsos os jesuítas, a autoridade colonial transferiu a administração dos aldeamentos a um "diretor" militar, iniciando o período chamado "Diretório dos Índios". O governo da capitania tratou de organizar os aldeamentos com vista a transformá-los em futuras freguesias ou vilas. Para tanto, o Morgado de Mateus tratou, entre outras providências, de incentivar as atividades econômicas dentro dos aldeamentos, como a agricultura, assim como reavivar ofícios que estivessem em declínio ou inserir novos. Assim, num documento de 1766, entre outras providências, deu faculdade ao diretor da aldeia de Itapecerica "para q' possa recolher á d.^a Aldea os teares que se achão dispersos para se tecer o pano necessario, visto q' na d.^a Aldea há Tecellõens" (Petroni, 1995, p. 278-279).

Nota-se, portanto, a preocupação de se incentivar os ofícios dos quais já haviam "officiaes" nas aldeias. No caso particular de Itapecerica, a atividade musical já era presente, como atesta a portaria de 1767, reproduzida anteriormente. Aliás, é significativo que, nos censos de Santo Amaro, o aldeamento de Itapecerica conte com até oito músicos entre seus habitantes enquanto que, em todo o restante da freguesia de Santo Amaro, ache-se registrado apenas o mestre de capela da matriz da sede, Clemente José Rodrigues.

É plausível, também, que o estabelecimento do conjunto musical em Itapecerica fosse fomentado artificialmente pelo próprio governo colonial, como se fossem "postos de trabalho". Naturalmente, esses "postos", assim como as patentes militares, seriam outorgadas aos indivíduos mais propensos a colaborar com as autoridades coloniais. Outros menos colaborativos eram, por exemplo, os que se encontravam vivendo fora da aldeia sem licença, ou "fugidos", cujas idades não se sabia "por não quererem dar as suas listas e fugirem do real serviço e viverem sem obediência à Igreja como bárbaros⁶".

A tutela do estado colonial sobre os indígenas aldeados interferia inclusive na vida particular dos mesmos, como no caso de uma jovem habitante da aldeia de São José amancebada com o "trompista" de Itapecerica:

Para o Cap.^{am} Martinho Alz' de Fig.^{do} Leme da Freg.^a de S.^{to} Amaro. Mande Vm.^{cc} p.^a a Villa de S. Jozé a India que anda em Itapeçirica amancebada a annos com o Trompista p.^a assim se apartarem, porem deve ir a India conduzida a entregar o Director dos Indios daquela

⁶ "Lista da Povoação, Nascimentos, Cazamentos e Mortos dos Indios domesticos da aldea de Baruirí do Padroado Real a 30 de janeiro do anno de 1803", (Boletim, 1948, p. 191-192)

villa, e advirta ao Trompista da minha parte que se abstenha de semelhantes escandalos, e se elle he solteiro, faça-o Vm.^{cc} cazar. S. Paulo 23 de agosto de 1776 // Martim Lopes Lobo de Saldanha // Senhor Capitam Martinho Alvares de Fig.^{do} Leme. (Documentos, 1954, v. 76, p. 50)

No documento não fica claro se o "trompista" era um integrante do conjunto musical do aldeamento ou detentor de uma patente militar⁷. Dora Shellard Corrêa (1999, p. 70) considera que o "trompista" em questão é Francisco Ribeiro (nascido em 1761, e sobre quem discorreremos a seguir), ainda que a fonte não mencione o nome do mesmo.

Diferentemente do Embu e de Carapicuíba, o aldeamento de Itapecerica foi palco de uma das iniciativas pioneiras de colonização norte-europeia com a criação, em 1827, de um núcleo colonial alemão. Segundo Petrone, Itapecerica teve o predicamento de freguesia, de que, entretanto, foi exautorada em 1832. Em 1836, era capela curada do distrito de Santo Amaro, sendo novamente elevada a freguesia em 1841, juntamente com Embu e, em 1844, tornou-se cabeça da freguesia, sua igreja passando a ser a Matriz em desfavor da de Embu. Finalmente, em 1877, Itapecerica seria elevada a vila (Petrone, 1995, p. 349), passando a denominar-se "Itapecerica da Serra" em 1944, para distingui-la da cidade mineira do mesmo nome.

2. Esboços biográficos dos músicos de Itapecerica

Os dados aqui reunidos foram obtidos, conforme já explicitamos, cruzando as informações provenientes dos registros paroquiais de Itapecerica (mas também do Embu, Campinas, Ibiúna e Santo Amaro) com os dos Maços de População (ou "censos") da freguesia de Santo Amaro (1766-1847), que é onde se encontram arrolados os indígenas do aldeamento itapecericano. No caso de haverem dados censitários retirados de outras localidades, indicamos a referência em nota de rodapé. Utilizamos também o "Mapa Geral dos Índios da Aldea de Itapecerica", lista específica do aldeamento de Itapecerica para o ano de 1802 (Boletim, 1948, p. 145-155), onde constam nome, idade, cor, estado

⁷ Algumas patentes "musicais" do exército mencionadas nos censos incluíam as de "trombeta da cavalaria", "tambor-mór", "clarim do regimento" e "pífaro de milícias", entre outras. Trompistas também faziam parte de bandas militares (vide a "Listra [sic] dos Officiaes do meu Regimento, que não vão declarados nas listras e junctam.^{te} dos Muzicos", Coronel Bernardo Vasco Cardozo, s.d. [séc. XVIII], BN, mss. 1443567, I-26,22,019).

civil, e “ocupação” dos recenseados, assim como a “Lista dos Índios da Aldeia de Itap.^{ca}”, manuscrito datado de 19 de janeiro de 1768, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional.

Todos os indivíduos aqui arrolados são invariavelmente classificados como “pardos” por serem indígenas, com exceção de alguns poucos classificados como “negros” por serem africanos, afrodescendentes ou mestiços. Nenhum branco.

Euzébio de Camargo (1735-?)

“Organista e mestre da solfa” da aldeia de Itapeçerica, conforme o censo de 1773, Euzébio de Camargo é um dos mais antigos músicos do aldeamento que conseguimos identificar. É também o único de quem se sabe o instrumento que tocava. Seus pais foram Jerônimo de Camargo e Verônica Vieira, e foi batizado em Itapeçerica a 13/11/1735⁸. De seu casamento com Apolonia Ribeiro, encontramos registro de seis filhos. O censo de Santo Amaro de 1766 mostra o casal com os filhos Eugénia⁹ registrada aos 4 anos e Miguel¹⁰, registrado aos 2 anos. Euzébio foi também pai de Juliana (batizada a 22/07/1760¹¹, que deve ter falecido na infância), Anselmo (batizado a 17/07/1768¹²) e de outra filha de nome Juliana, batizada em Itapeçerica a 13/01/1771¹³. A filha Francisca foi batizada a 12/12/1773¹⁴, possivelmente com o pai já ausente. Foi testemunha do casamento de Anastácio Vieira com Joana Ribeiro, celebrado em Itapeçerica a 22/01/1769¹⁵, onde seu nome figura como “Euzébio de Camargo Sardinha”, e onde consta sua assinatura de próprio punho (Figura 1).

⁸ Livro de Batismos de Itapeçerica, 1733-1802, p. 4v.

⁹ Batizada a 10/11/1762 (Livro de Batismos de Itapeçerica, 1733-1802, p. 35).

¹⁰ Batizado a 10/10/1765 (Livro de Batismos de Itapeçerica, 1733-1802, p. 41-41v).

¹¹ Livro de Batismos de Itapeçerica, 1733-1802, p. 30v.

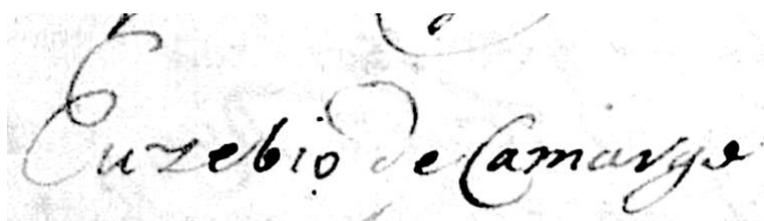
¹² Livro de Batismos de Itapeçerica, 1733-1802, p. 47.

¹³ Livro de Batismos de Itapeçerica, 1733-1802, p. 52.

¹⁴ Livro de Batismos de Itapeçerica, 1733-1802, p. 56v.

¹⁵ Livro de Casamentos de Itapeçerica, 1732-1805, p. 129-129v.

FIGURA 1 – Assinatura de Euzebio de Camargo, 1769.



Fonte: Livro de Casamentos de Itapecerica (1732-1805, p. 129v).

Foi muito provavelmente um dos músicos itapecericanos solicitados a se apresentarem em 1767 na festa da fazenda Santana “com todas as Solfas, e instrumentos que tiverem”. Sendo organista, possivelmente teve também que transportar o instrumento até o local da festa, ou então algum outro instrumento de teclado transportável. Por outro lado, o título de “mestre da solfa” geralmente corresponde ao de mestre de capela, ou seja, também exerceria o ofício de compositor. É inclusive possível que as “solfas” solicitadas na portaria de 1767 fossem de sua autoria.

Em 1773, consta que se encontrava há 5 meses pelos lados de Mogi Guaçu, e a lista específica do aldeamento de Itapecerica de 1783¹⁶ registra que Euzebio, aos 48 anos, fugiu com seu filho Anselmo de Camargo, de 16, para as minas de Campanha. É a última informação que encontramos sobre ele¹⁷. O resto da família parece ter permanecido em Itapecerica, pois a filha Eugenia aí se casou a 1/06/1783¹⁸ com Joaquim Ribeiro. Sua sobrinha Francisca Vieira, filha de sua irmã Angela, por sua vez, se casou a 17/04/1789¹⁹ com o também músico Francisco Ribeiro, sobre quem discorreremos a seguir. O parentesco da família de Euzebio e sua relação com outros músicos da aldeia se encontra explicitado no Quadro 1, à página 25.

¹⁶ Maços de População de Cotia, 1783.

¹⁷ Nos registros paroquiais de Curitiba encontramos, em 23/10/1793, o casamento de “Anselmo Rodrigues de Camargo”, natural “da aldea de Itapecerica, districto da cidade de São Paulo”, filho de “Euzebio Rodrigues de Camargo e de Appollonia Peixoto” (*sic*) com Thomazia, “escrava do tenente Estêvão José Ferreira”. O registro se encontra na parte do livro destinada a casamentos de “escravos, administrados, mulatos e bastardos”. Caso trate-se efetivamente do nosso Anselmo de Camargo, temos aqui uma pista do seu paradeiro (Livro de Casamentos de Curitiba, 1784-1801, p. 149).

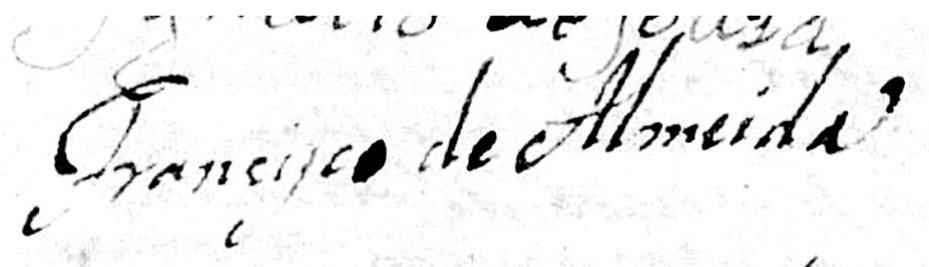
¹⁸ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 141v.

¹⁹ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 138v.

Francisco de Almeida (c. 1735-1807)

Um dos decanos da banda, Francisco de Almeida é registrado por primeira vez em 1766, aos 30 anos, com a mulher Maria Dias (27 anos, também chamada Maria Álvares) e as filhas Marcelina (16 anos), Ursula (12 anos) e Custódia (7 anos). Sua filha Ursula Maria casou-se a 14/10/1770²⁰ com João Vieira. Muito provavelmente foi, juntamente com Euzebio de Camargo, um dos músicos chamados em 1767 para tocar na festa da fazenda Santana. Foi testemunha de casamentos ocorridos nos anos de 1767²¹, 1774²², 1777²³, 1779²⁴ e 1796²⁵, em cujos registros figura sua assinatura (Figura 2).

FIGURA 2 – Assinatura de Francisco de Almeida, 1767.



Fonte: Livro de Casamentos de Itapecerica (1732-1805, p. 128)

Em 1802 é registrado aos 69 anos com a mulher Maria, 55 anos, a filha Ursula de 41 anos e Bento de 6 anos (possível filho de Ursula a qual, por estar na casa dos pais, provavelmente era já viúva ou tinha seu marido ausente), constando como atividade econômica “planta p.^a comer he muzico”, enquanto a lista específica do aldeamento para o mesmo ano (Boletim, 1948, p. 150) registra apenas “Muzico”. Em 1805 aparece nos censos pela última vez aos 70 anos junto à mulher Maria (66 anos), a filha Ursula (42 anos) e Bento (7 anos), apenas com a menção “planta p.^a comer” – o que pode

²⁰ Livro de Casamentos de Itapecerica 1732-1805, p. 130v.

²¹ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 128.

²² Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 131v.

²³ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 134.

²⁴ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 137v.

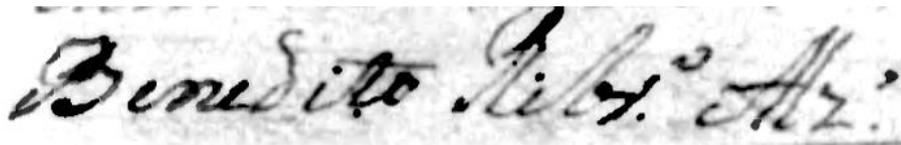
²⁵ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 147. A caligrafia nesse registro se encontra estremecida, talvez por causa da idade avançada.

significar que já não exercia o ofício musical. Faleceu a 10/01/1807²⁶ de "câimbras de sangue" aos "oitenta e tantos anos mais ou menos", sendo seu corpo envolto em pano branco e sepultado na Matriz de Itapecerica.

Benedito Ribeiro (c. 1747-1819)

Filho de João Ribeiro e sua mulher Maria Álvares, Benedito Ribeiro casou-se em Itapecerica a 17/05/1779²⁷ com Brigida Ribeiro, filha de Custodio Francisco e Maria Ribeiro. Tiveram as filhas Florencia (batizada a 15/09/1781²⁸ em Itapecerica), Quitéria (que, batizada a 18/09/1790²⁹, morreu na infância) e Anna (batizada a 6/12/1792³⁰). Era também chamado Benedito Ribeiro Álvares, conforme algumas de suas assinaturas nos Maços de População (Figura 3).

FIGURA 3 – Assinatura de Benedito Ribeiro, 1810.



Fonte: Maços de População de Santo Amaro (1810).

Em 1783 se encontrava fora da aldeia, em Mogi Guaçu, mas, ao contrário do fugitivo Euzebio de Camargo, sua ausência tinha licença por despacho de Sua Excelência³¹. Reaparece em Itapecerica em 1807, vindo de Ouro Fino, onde nascera sua filha Francisca (erroneamente grafada como "Anna"), já como "muzico" – situação que se repete no ano seguinte. Em 1809, além do ofício musical, "planta para comer" e, em 1810, figura como "muzico" e "mestre de escolla", somando-se à casa a menina Cândida, de um mês de vida, não ficando claro se é sua filha, ou neta – todos classificados como

²⁶ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 78.

²⁷ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 137.

²⁸ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 74.

²⁹ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 90.

³⁰ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 95v.

³¹ Maços de População de Cotia, 1783.

"pardos". A partir de 1811 na casa do "muzico" Benedito já não vemos mais a filha Anna e, em 1813, agrega-se à casa a sogra Maria, viúva de 70 anos, e não mais se vê a menina Cândida. Em 1814 e 1815 figura somente como "mestre" ou "mestre de escola", e aparece pela última vez como "muzico" em 1818. Faleceu em 19/09/1819³² aos "setenta annos mais ou menos" de "moléstia febre", com todos os sacramentos, tendo seu corpo envolto em pano branco e sepultado na Matriz de Itapecerica.

Francisco Ribeiro (1761-após 1802)

Filho de José Ribeiro e Violante de Matos, Francisco Ribeiro foi batizado a 8/09/1761³³ na matriz de Itapecerica. Dora Shellard Corrêa (1999, p. 70), considera que ele é o "trompista" que, em 1776, foi advertido por viver amancebado com uma "índia" da aldeia de São José, e a quem o governador ordenou casar-se; porém, a fonte citada pela historiadora não menciona o nome do músico em questão³⁴.

Em 17/04/1780³⁵ casou-se com Francisca Vieira, sobrinha de Euzebio de Camargo, o antigo organista da aldeia que se encontrava "fugido" em 1783. Em 31/12/1783³⁶ batizou o filho João, que faleceu logo depois, tendo como padrinho a Francisco de Almeida, o músico decano da aldeia. Em 6/05/1786³⁷ batizou o filho João Nepomuceno, tendo novamente a Francisco de Almeida como padrinho. O batismo de seu sobrinho Francisco³⁸, filho de sua irmã Gertrudes, informa que tanto ela quanto o esposo eram "índios mulatos", o que também poderia ser o caso do nosso Francisco Ribeiro. Foi testemunha de casamento do também músico Joaquim Vieira (sobre quem discutiremos a seguir), em cujo registro se encontra sua assinatura (Figura 4).

³² Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 97.

³³ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 33v.

³⁴ Documentos Interessantes, 1954, v. 76, p. 50.

³⁵ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 138v.

³⁶ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 78v.

³⁷ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 82v.

³⁸ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 106v.

FIGURA 4 – Assinatura de Francisco Ribeiro, 1793.



Fonte: Livro de Casamentos de Itapecerica (1732-1805, p. 144v).

O censo de 1802 mostra-o já viúvo, combinando a atividade de músico com a de “plantar para comer”; e, na lista específica de 1802, o encontramos com a patente de “ajudante”, vivendo com a mãe Violante e o filho adolescente João Ribeiro, também músico. Deve ter falecido pouco depois de 1802³⁹ pois já não mais aparece nos censos seguintes. Em 1805 e 1808 sua mãe viúva, Violante de Matos⁴⁰, é registrada morando com o neto solteiro João – sobre quem discorreremos mais adiante.

Antonio de Figueiró (fl. 1768-1814)

Filho de Caetano de Figueiró (c. 1711-1804⁴¹) e sua mulher Isabel Ribeira⁴², Antonio de Figueiró aparece pela primeira vez na casa paterna na lista do aldeamento de 1768⁴³ aos 2 anos de idade – assim que possivelmente nasceu por volta de 1766. Seu pai, Caetano, não é um indígena itapecericano, mas um “mullato aggregado e cazado nesta aldeya⁴⁴”. O batismo de seu irmão Manoel, porém, classifica ambos os pais como “índios desta aldeia⁴⁵”. Apesar de filho de um “mullato”,

³⁹ Encontramos, entre os óbitos de Itapecerica, um Francisco Ribeiro falecido em 1806 “aos setenta anos mais ou menos”. Cremos, porém, não se tratar do nosso músico, mas de um homônimo, filho de José Luiz e Maria Ribeira, batizado em 1735, cuja idade é mais compatível com o do registro (Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 75).

⁴⁰ Violante de Matos faleceu a 22/08/1827 aos “noventa annos mais ou menos, de moléstia interior. O seu corpo envolto em panno branco foi sepultado nesta Matriz” (Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 113).

⁴¹ Caetano faleceu em 18/11/1804, aos 93 anos, “sem sacramentos por morrer de repente nos matos” (Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 72v).

⁴² Casados em Santo Amaro em 30/04/1765, sendo Caetano “natural da freguesia da Cotia”, filho de Veronica Dias de Almeida e pai incógnito, e Isabel, filha de Joana Ribeira e pai incógnito, batizada “na aldeia de Itapycryca” (Livro de Casamentos de Santo Amaro, 1752-1770, p. 75).

⁴³ Lista dos Índios da Aldeia de Itap.^{ca}, 19 jan 1768, Francisco Godinho Pais, BN mss. 1459575, I-30, 24, 18.

⁴⁴ No registro de casamento da meia-irmã de Antonio, Antonia de Figueiró, que casou com o viúvo Francisco Teixeira em Itapecerica em 11/11/1777, consta que era filha de Caetano com a “escrava” Joana de Lima e teria sido legada como “herança” a Lourenço Leme da Silva “de cujo captiveiro a libertou o ditto seu patativo Pay trazendo-a para sua companhia de idade de sette p.^a oito annos” (Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 135).

⁴⁵ Batismo a 21/10/1790 (Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 90v).

Antonio de Figueiró e seus filhos são classificados nos censos como “pardos” – como o são normalmente os indígenas dos aldeamentos. Casou-se em 30/10/1787⁴⁶ com sua tia Anna Ribeira, filha de sua avó materna, Joana Ribeira. O batismo do filho Bento, realizado em 1799, especifica que Anna era “índia mulata⁴⁷”.

Na lista específica de 1802, aparece pela primeira vez como “muzico”, porém seu nome está grafado como “Antonio de Siqueira”, possível erro de transcrição. Aparece aos 46 anos no censo de 1802 com a mulher (45 anos) e os filhos Anna (13 anos), Josefa, (10 anos), Antonio (7 anos) e Joaquim (1 ano), onde “planta para comer”, e onde se vê também sua assinatura que aqui reproduzimos (Figura 5) – situação que se repete também em 1805.

FIGURA 5 – Assinatura de Antonio de Figueiró, 1802.



Fonte: Maços de População de Santo Amaro (1802).

Em 1807, soma-se o filho Francisco e, em 1808, volta a ser classificado como “muzico” além do plantio para subsistência. Sua esposa faleceu de parto em 14/03/1809⁴⁸ deixando-o viúvo junto aos filhos, como aparece no censo do mesmo ano onde também “planta p.^a comer e he muzico”. Essa situação se repete também em 1810, 1811, 1813 e 1814, onde figura como “agricultor e muzico”. A partir daí deixa de aparecer nos censos. O filho Antonio Francisco de Figueiró aparece no censo de Santo Amaro de 1847 aos 42 anos, e um dos filhos deste, Manoel de Figueiró, morador de São Roque, casou-se em Ibiúna a 7/07/1835 em cujo registro está classificado como “semi índio, semi pardo⁴⁹”.

⁴⁶ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 141v-142.

⁴⁷ Batismo a 26/03/1799, sendo que o mesmo assento registra também a morte de Bento, em 24/06 do mesmo ano (Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 105v).

⁴⁸ Faleceu “com os sacramentos da Penitencia e extrema unção [...] teria de idade trinta e tantos annos. Foi seo corpo envolto em panno branco, recomendado solennemente e sepultado dentro desta igreja de onde era freguez[a]” (Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 83v).

⁴⁹ Livro de Casamentos de Ibiúna, 1831-1838, p. 41.

Francisco de Paula (*fl.* 1802-1835)

Francisco de Paula, também chamado Francisco Antonio de Paula, é filho de Ignacia da Costa, solteira, negra – possivelmente uma ex-escravizada. Os registros de sua idade nos censos faz crer que teria nascido por volta de 1773. A família aparece por primeira vez no censo de 1802 como “pardos”, sendo que outros descendentes de Ignacia que coabitam na mesma casa (a filha Elena e o neto Francisco) são registrados como “negros”. Junto a Francisco de Paula (que ostenta a patente de “capitão”), sua mãe, irmã e sobrinho, se encontra sua mulher, Gertrudes Vieira, também chamada Gertrudes de Ramos, natural do Embu. Em 1807 soma-se um agregado septuagenário, João da Costa, viúvo, provável companheiro de Ignacia (aqui como “negra”) talvez pai de Francisco. A origem mestiça de Francisco de Paula fica evidente no batismo da filha Eva (3/11/1799⁵⁰), onde ele é registrado como “índio mulato”, enquanto Gertrudes é “índia pura”. No batismo do filho Salvador (24/01/1802⁵¹), ambos são “índios desta Aldea de Itapecerica”. Há ainda as filhas Beralda e Catharina, cujas idades são difíceis de determinar devido à imprecisão dos registros de idades no censo.

Entre 1809 e 1812 a família deixa de aparecer nos censos de Santo Amaro, o que pode significar uma ausência do aldeamento. O filho Ponciano, futuro músico, aparece pela primeira vez aos 3 anos em 1813. Em 1815 soma-se o filho José. Em 1822, a família se encontra reduzida a Francisco, a mãe Ignacia, o filho Ponciano e Catharina (“neta”) – sua mulher, Gertrudes, ausente no registro de 1822, faleceu em 20/04/1823⁵², de “moléstia interior”. Em 1825 Ignacia também já não mais está presente e, em 1827, o viúvo Francisco de Paula coabita com a filha Eva e o genro⁵³. Em 1829, Francisco de Paula aparece já casado com sua segunda mulher, Quitéria Maria⁵⁴.

⁵⁰ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 106v.

⁵¹ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 110v.

⁵² Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 102v.

⁵³ Casados a 21/04/1808 (Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 18).

⁵⁴ Há dois registros possíveis para este evento entre os registros paroquiais de Itapecerica: um a 18/09/1829, onde “Francisco Antonio de Paula” casou-se com “Quiteria Maria de Moraes”, sendo ele “desta freguesia” e ela de Santo Amaro; outro a 8/05/1830, onde “Francisco de Paula” casou-se com “Quiteria Maria”, sendo esta “desta freguesia e aqulle de S.^{to} Amaro” (Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 37 e 43).

Músico de vocação tardia, a crer nos registros dos censos, Francisco de Paula neles aparece a partir de 1802 onde “planta para comer”, figurando como lavrador, agricultor ou “jornaleiro” nos anos seguintes. Só aparece como músico a partir de 1822. Em 1825 é “muzico e agricultor”, voltando a ser somente “muzico” em 1827. Em 1829 apenas a atividade de agricultura é registrada, e figura pela última vez em 1835, onde, aos 64 anos o “índio” que “sabe ler”, “ocupa-se em ofício de Muzico desta Itapecerica”.

Joaquim Vieira Leme (1775-1836)

Joaquim Vieira Leme, ou simplesmente Joaquim Vieira, era filho de Severina Vieira e de pai incógnito. Foi batizado em Itapecerica no dia 1/03/1775⁵⁵, sendo seus padrinhos fregueses de Santo Amaro. Casou-se em 24/09/1793⁵⁶ com Anna Dias (também chamada Anna de Carvalho), filha de Faustino Fernandes e sua mulher Justa de Carvalho, “todos naturaes da Aldea de Itapicirica”. O batismo da filha Bernardina, realizado a 11/06/1799⁵⁷, reafirma que os pais são “índios da Aldea de Itapecerica”. Em 1802, o casal vive com os filhos Manoel (7 anos) e Bernardina (5 anos), e os agregados Maria (14 anos), a viúva Escolástica Vieira (62 anos) e a “neta” Cecília (9 anos). Em 1805, soma-se a filha Senhorinha (1 ano), e a agregada Maria não mais se encontra. Em 15/04/1806⁵⁸ Senhorinha falece “de sarampos” e, em 1807, nasce o filho Gabriel. Em 1809, nasce a filha Maria e, em 12/07/1810⁵⁹ falece Gabriel, restando apenas Maria e seu irmão Manoel na casa paterna. A partir de 1813 a casa já não tem mais agregados e, em 1822, apenas Maria figura entre os filhos do casal, situação que perdura até o último registro da família em 1829. Deve ter sido um membro popular e ativo da comunidade itapecericana, pois verificamos sua presença como testemunha de ao menos oito matrimônios na aldeia entre 1795 e 1823⁶⁰ - nos quais encontramos sua assinatura (Figura 6).

⁵⁵ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 60v.

⁵⁶ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 144v.

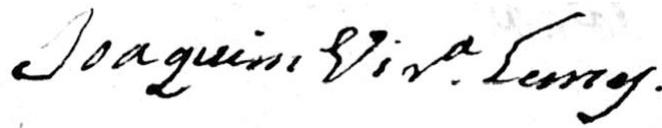
⁵⁷ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 106.

⁵⁸ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 75v.

⁵⁹ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 85v.

⁶⁰ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 145v, e Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 8, 9, 11, 12, 14, 15 e 23.

FIGURA 6 – Assinatura de Joaquim Vieira Leme, 1810.

A handwritten signature in cursive script, reading "Joaquim Vieira Leme". The ink is dark and the handwriting is fluid and characteristic of the early 19th century.

Fonte: Livro de Casamentos de Itapecerica (1805-1844, p 12).

Talvez tenha sido o músico com a carreira mais sólida e longeva da aldeia, totalizando ao menos 27 anos de atividade musical (1802 a 1829) ininterrupta a partir de 1807, a crer nos registros dos censos. Aparece como “muzico” pela primeira vez nas duas listagens de 1802, ostentando a patente de “sargento-mór” em uma delas – título que aparece também em 1809. Em 1805 há uma única pausa na atividade musical, que foi retomada em 1807 e registrada todos os anos até 1827 – juntamente com uma atividade de agricultura de subsistência. Em 1825 é registrado como “mestre de muzica”, título talvez equivalente ao de mestre de capela. Faleceu em Itapecerica em 6/08/1836⁶¹ com todos os sacramentos.

Miguel de Matos (1776-1807)

Filho de Ignacio de Matos e de sua mulher Maria da Silva, Miguel de Matos foi batizado em 23/11/1776⁶² na matriz de Itapecerica. Casou-se no Embu a 4/09/1798⁶³ com Gertrudes Maria, filha de Agueda de Souza e de pai incógnito, e tiveram os filhos Amatildes (batizada a 3/11/1798⁶⁴), Francisco (batizado a 16/03/1800⁶⁵), Anna (batizada a 31/01/1802⁶⁶), Custódia (1805-1808, falecida aos 3 anos em 28/05/1808⁶⁷ por causa de “bixigas” e sepultada no cemitério “por ser mal contagioso”), e Maria do Carmo. O batismo da filha Anna informa que ele possuía a patente de “alferes”, e o do filho Francisco que tanto ele como sua mulher eram “índios mestiços com negro”.

⁶¹ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 127.

⁶² Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 63v.

⁶³ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 148v.

⁶⁴ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 105v.

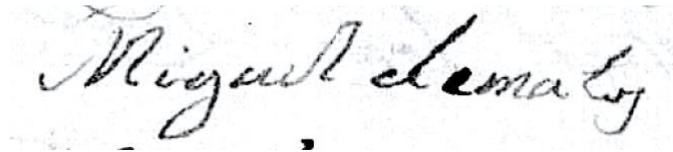
⁶⁵ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 107.

⁶⁶ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 110v.

⁶⁷ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 82.

Os registros paroquiais trazem também informações acerca da relação de Miguel de Matos com outros músicos da aldeia: o padrinho do filho Francisco, acima, foi Francisco de Almeida, um dos músicos mais antigos de Itapecerica; e o músico Joaquim Vieira foi padrinho de casamento de sua filha Maria do Carmo em 30/10/1811⁶⁸. Foi testemunha do casamento de João Lopes com Escolástica Maria⁶⁹, em cujo registro se encontra sua assinatura (Figura 7).

FIGURA 7 – Assinatura de Miguel de Matos, 1802.

A handwritten signature in cursive script, reading "Miguel de Matos", written in dark ink on a light-colored background.

Fonte: Livro de Casamentos de Itapecerica (1732-1805, p 149).

Aparece nos censos de 1802 como “muzico” e “planta para comer e he muzico”; e, no de 1805, como um dos que “plantam para comer”. Faleceu em 24/07/1807⁷⁰ com todos os sacramentos sendo sepultado na matriz de Itapecerica envolto em pano branco, conforme o costume. No censo de 1807 figuram sua viúva com os quatro filhos, assim como sua mãe, Maria da Silva, que “andou auzente” mas que aos 64 anos voltou a residir junto à família.

Felix Dias (fl. 1802-1807)

Felix Dias figura como “muzico” apenas na lista específica do aldeamento de 1802, aos 26 anos (o que indica que deve ter nascido por volta de 1776), solteiro e vivendo com a mãe Antonia Fernandes de 60 anos. No entanto, no censo de Santo Amaro do mesmo ano, ambos “plantam para comer”, situação que se repete também em 1805 e 1807. A partir daí, deixam de aparecer nos censos.

⁶⁸ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 15.

⁶⁹ Ocorrido em 26/08/1802 (Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 149).

⁷⁰ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 79.

Calixto Ribeiro (1778-1837)

Batizado em 21/10/1778⁷¹, filho de Thomaz Barbosa e Izabel Ribeira, Calixto Ribeiro casou-se em 29/02/1808⁷² com Leonarda Ribeira, viúva de Luciano de Souza⁷³, tendo a Francisco de Paula como testemunha – o qual não podemos afirmar que seja o músico do mesmo nome por haverem homônimos na aldeia.

Em 1808, Calixto (30 anos) e Leonarda (33 anos) aparecem com os “filhos” Manuel (20 anos [sic]), Florencio (10 anos), Pedro (11 anos), Generoso (4 anos) e Maria (11 meses) porém, em 1809, apenas Generoso e Maria coabitam com o casal – o que nos faz pensar que os demais fossem agregados, ou talvez filhos do primeiro casamento de Leonarda. Em 1810, à família de quatro membros se junta o agregado menor de idade Manoel, que aparece também em 1811. Em 1813 Manoel já não mais figura, dando lugar ao “filho” Antonio (10 anos), que aparece somente nesse ano. Calixto, Leonarda e os filhos Generoso e Maria aparecem nos censos seguintes até 1818. Leonarda faleceu em 23/07/1822⁷⁴ de “moléstia interior” deixando Calixto viúvo com os dois filhos menores. Em 5/11/1825⁷⁵, Calixto casa-se novamente com a sorocabana Maria de Oliveira, tendo como padrinho o músico Joaquim Vieira. Nesse ano de 1825, também registra-se a sua patente de “cabo”. A partir daí, aparece nos censos somente acompanhado da segunda mulher e sem os filhos do primeiro casamento, até o fim dos registros.

Aparentemente, teve uma carreira longa e sólida como músico, figurando sempre com essa profissão nos censos desde 1808 até 1829, quase sempre acompanhada de uma atividade agrícola de subsistência – e, ocasionalmente, como “jornaleiro”. Apenas em 1835 figura somente como “jornaleiro”, onde é também classificado como “índio”. Faleceu em 12/04/1837⁷⁶ com todos os sacramentos e envolto em pano branco para ser sepultado.

⁷¹ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 67v-68.

⁷² Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 6.

⁷³ Luciano de Souza era sobrinho do organista Euzébio de Camargo.

⁷⁴ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 100v.

⁷⁵ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 31.

⁷⁶ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 128v.

Marcelino de Souza (1781-1851)

Marcelino de Souza, também chamado “Marcelino José de Souza”, foi batizado em Itapecerica em 29/09/1781⁷⁷, filho de Vicente de Souza e Apolonia Fernandes. Casou-se em 12/02/1805⁷⁸ com Rosa Maria de Lima, filha de Catharina de Lima e pai incógnito. Nesse mesmo ano, o casal aparece nos censos coabitando com Apolonia, mãe de Marcelino. Rosa Maria faleceu em 5/11/1806⁷⁹ de parto aos “dezaseis anos mais ou menos”. Marcelino casou-se novamente aos 25/09/1808⁸⁰ com Bernarda de Carvalho, filha de Izidoro Fernandes e Maria de Carvalho – e prima do músico Calixto Ribeiro que era sobrinho de seu pai. Em 1809 nasce a filha Maria e, em 1811 nasce o filho Salvador (Maria já não mais aparece). Em 1814, soma-se a filha Candida, e surge a “filha” Apolicena de 12 anos, que deixa de aparecer no registro da família em 1818 – provavelmente apenas uma agregada. Em 1822, somam-se os filhos Amaro (4 anos) e Bento (2 anos) e, além da mãe Apolonia, junta-se à casa também a irmã Rosa. Em 23/03/1824⁸¹ falece seu filho Manoel de um mês de idade e, em 1829, Apolonia e Rosa já não mais se encontram arroladas na casa. Marcelino aparece registrado pela última vez em 1846 aos 69 anos, junto à mulher Bernarda (60 anos), e a filha Candida (37 anos).

Apesar de suas primeiras aparições nos censos acusarem apenas uma atividade de agricultura de subsistência (“planta para comer”), a partir de 1808 passa a ser regularmente registrado como “muzico” até 1829, o que sugere uma atividade musical contínua e sólida. Como Joaquim Vieira, cultivou os laços sociais com a comunidade, tendo sido padrinho de ao menos quatro casamentos de conterrâneos da aldeia⁸², nos quais se vê também sua assinatura (Figura 8).

FIGURA 8 – Assinatura de Marcelino [José] de Souza, 1830.



Fonte: Livro de Casamentos de Itapecerica (1805-1844, p. 40).

⁷⁷ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 74.

⁷⁸ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 150.

⁷⁹ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 77.

⁸⁰ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 8.

⁸¹ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 105.

⁸² Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 40, 44, 44v e 49.

Faleceu no Embu em 23/06/1851⁸³ no bairro de “Boy-Guassú” aos 70 anos, recomendado, com todos os sacramentos e com seu corpo envolto em pano branco para sepultamento.

Miguel Borges (1784-1861)

Miguel Borges foi batizado a 29/09/1784⁸⁴ em Itapecerica, sendo filho de Maria Borges e de pai incógnito. Aparece na lista específica do aldeamento de Itapecerica de 1802 aos 20 anos ainda solteiro, com os irmãos Joaquina e Salvador, tendo sua mãe, a “índia” Maria Borges, como chefe da família (viúva, segundo a listagem). Foi casado três vezes sendo a primeira com Maria do Nascimento em Itapecerica a 1/07/1807⁸⁵ – que faleceu em 26/05/1808⁸⁶. Três anos depois o encontramos em Campinas (na época ainda chamada “São Carlos”), onde casou-se a 12/06/1810⁸⁷ com Maria Vieira, também indígena de Itapecerica, filha de Euzébia Vieira e pai incógnito. Com ela teve os filhos Camilo (nasceu c. 1811), Joaquina (batizada em Campinas a 18/05/1812⁸⁸) e João (batizado em Campinas em 7/08/1814⁸⁹). Em 1815⁹⁰ a família continua em Campinas, como agregados do “senhor de engenho” Nicolau Gonçalves da Silva (notamos que Camilo era também o nome de um dos filhos de Nicolau).

Miguel Borges reaparece nos censos de Itapecerica apenas em 1818, como “jornaleiro”, figurando pela primeira vez como músico em 1825 (“agricultor e muzico”) e 1827 (“muzico”). Em 1829 consta apenas como “agricultor”. A 9/01/1855⁹¹, viúvo pela segunda vez, casa-se com Ana Esmeria do Nascimento, vindo a falecer seis anos depois a 22/02/1861⁹², “aos 78 anos” com a alma recomendada, e sepultado envolto em pano branco “no cemitério desta matriz de Itapecerica”.

⁸³ Livro de Óbitos do Embu, 1816-1887, p. 320.

⁸⁴ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 79v.

⁸⁵ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 4.

⁸⁶ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 81v.

⁸⁷ Livro de Casamentos de Campinas, 1806-1818, p. 55.

⁸⁸ Livro de Batismos de Campinas, 1797-1812, p. 189v.

⁸⁹ Livro de Batismos de Campinas, 1813-1819, p. 22.

⁹⁰ Maços de População de Campinas, 1815.

⁹¹ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1844-1869, p. 36v.

⁹² Livro de Óbitos de Itapecerica, 1857-1871, p. 13.

Francisco de Siqueira (1784-após 1802)

Batizado em Itapecerica a 2/12/1784⁹³, filho de Manoel de Siqueira e Maria Ribeiro, Francisco de Siqueira é também sobrinho do músico Francisco Ribeiro, e primo do filho deste, o também músico João Ribeiro – portanto, neto de José Ribeiro e Violante de Matos.

Aparece como “muzico” apenas na lista específica de 1802, aos 16 anos, “pardo”, solteiro. No censo de Santo Amaro do mesmo ano figura junto da família, que “planta para comer e he jornaleiro” – possivelmente a atividade exercida pelo pai, que faleceu nesse ano de 1802.

João Ribeiro (1786-após 1808)

Batizado como João Nepomuceno em Itapecerica em 16/05/1786⁹⁴, João Ribeiro era filho do já citado músico Francisco Ribeiro e de Francisca Vieira, sobrinha do organista Euzebio de Camargo. Era primo do também músico Francisco de Siqueira. Teve um irmão do mesmo nome batizado a 31/12/1783⁹⁵ que morreu na infância, sendo que o músico decano Francisco de Almeida foi padrinho de ambos.

Sua atividade musical aparece nas duas listagens de 1802, ainda adolescente, morando com a avó e o pai viúvo. Este já não mais figura em 1805 e 1808, onde João é registrado morando com a avó, a viúva Violante de Matos, e “planta para comer” – e não mais se encontram registros de atividades musicais em seu nome nos censos.

Felix Vieira (1791-após 1846)

Batizado a 4/11/1791⁹⁶, filho de Clemente Vieira “índio desta Aldea” e de sua mulher Maria

⁹³ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 80.

⁹⁴ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 82v.

⁹⁵ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 78v.

⁹⁶ Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 93v. Apadrinhado pelo “reverendo padre” Felix Joseph de Oliveira, de quem herda o nome.

Ritta “escrava de D. Isabel Maria da Fonseca [...] agregada a esta aldeia”, Felix Vieira foi alforriado na pia batismal por sua senhora (“diz ella que por sua morte”). O batismo de sua irmã, Manoela⁹⁷, revela que seu pai era “índio mulato”, e sua mãe “negra do gentio de Guiné”, confirmando a presença de africanos escravizados na aldeia.

Felix aparece no censo de Santo Amaro pela primeira vez em 1807, com os pais e os irmãos mais novos Anna, Francisco, Manoela e outra Anna – todos pardos, com exceção dele próprio e de sua mãe (“negros”). Não obstante, os próximos registros oscilam entre “negro” e “pardo”.

Casou-se em 18/10/1810⁹⁸ em Itapecerica com Gertrudes Maria Vieira, filha de Maria Vieira e pai incógnito. Em 1815 é “jornaleiro”, e ao casal somam-se os filhos Antonio (1 ano) e Mariano (2 meses), situação que se repete em 1818. Antonio faleceu em 24/10/1819⁹⁹ de “molestia lombriga”, e Mariano deve ter tido destino semelhante, pois em 1822 apenas figuram a filha Joaquina de 3 anos e o recém-nascido Ignacio. Em 1825 soma-se a filha Bernardina (1 ano) e a filha Joaquina aparece pela última vez em 1829.

Felix Vieira figura como “muzico” somente em 1825 e 1835; em 1829 trabalha como “agricultor”, sendo a família registrada pela última vez em 1846. O filho Ignacio Antonio casa-se em 7/09/1849¹⁰⁰ com Maria Joaquina, filha de José da Luz e sua mulher Rita Maria.

José Machado (fl. 1821-1827)

José Machado casou-se em Itapecerica em 23/10/1821¹⁰¹ com Anna Efigenia. O encontramos pela primeira vez nos censos em 1822 aos 22 anos com a mulher Anna (24 anos), e o filho único Serafim (7 anos), trabalhando como “jornaleiro”. Em 1825 aparece pela primeira vez como “muzico”, aos 24 anos, com a mulher Anna, de 19 anos (*sic*) e o filho Serafim (10 anos), situação que se repete em 1827. Encontramos um José Machado na lista eleitoral de 1846, mas não temos elementos suficientes para afirmar que se trata do nosso “muzico”.

⁹⁷ Batizada a 27/06/1799 no Embu (Livro de Batismos de Itapecerica, 1733-1802, p. 106).

⁹⁸ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 12.

⁹⁹ Livro de Óbitos de Itapecerica, 1761-1844, p. 98.

¹⁰⁰ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1844-1869, p. 21v.

¹⁰¹ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 21.

Custódio Francisco (fl. 1822-1825)

Custódio Francisco aparece como “muzico” somente em 1822, aos 27 anos, registrado juntamente com sua mulher, Escolástica (25 anos), ambos “pardos”. Em 1825 figura no censo de Itapecerica com “35 anos”, mas apenas como “capitão do mato”.

Ponciano de Paula (1810-após 1846)

Filho do músico Francisco de Paula e sua mulher Gertrudes Vieira (ou Gertrudes de Ramos), Ponciano de Paula é também chamado Ponciano de Ramos ou, ainda, Ponciano de Figueiró. Nascido em 13/04/1810 foi batizado no dia 23 do mesmo mês¹⁰², sendo seus padrinhos originários do Embu. Casou-se em 27/12/1827¹⁰³ com Rita Maria do Rosário, ano em que aparece pela primeira vez como “muzico” no censo de Santo Amaro. Em 1829 trabalha apenas como “agricultor”, e ao casal soma-se o filho José (1 ano).

Em 1835, o “índio” Ponciano “sabe ler e escrever” e ocupa o cargo de sacristão, além de “empregado no ofício de muzico desta Itapecerica”. No censo de 1846, “Ponciano José de Ramos” (*sic*) aparece pela última vez, aos 34 anos, juntamente com a mulher Rita Maria (30 anos), e os filhos Ignacio (10 anos), Antonio¹⁰⁴ (10 anos), Joaquim (6 anos) e Maria (4 anos).

3. Parentesco entre os músicos de Itapecerica

Verificamos uma singular conformação familiar entre alguns dos músicos itapecericanos, que abrange três gerações (Quadro 1). A sobrinha do organista e “mestre da solfa” Euzebio de Camargo, Francisca Vieira, casou-se com o músico Francisco Ribeiro e tiveram o filho João Ribeiro, também músico, cujo padrinho de batismo foi o músico decano da aldeia Francisco de Almeida. Por outro

¹⁰² Livro de Batismos de Itapecerica, 1805-1844, p. 11.

¹⁰³ Livro de Casamentos de Itapecerica, 1805-1844, p. 33.

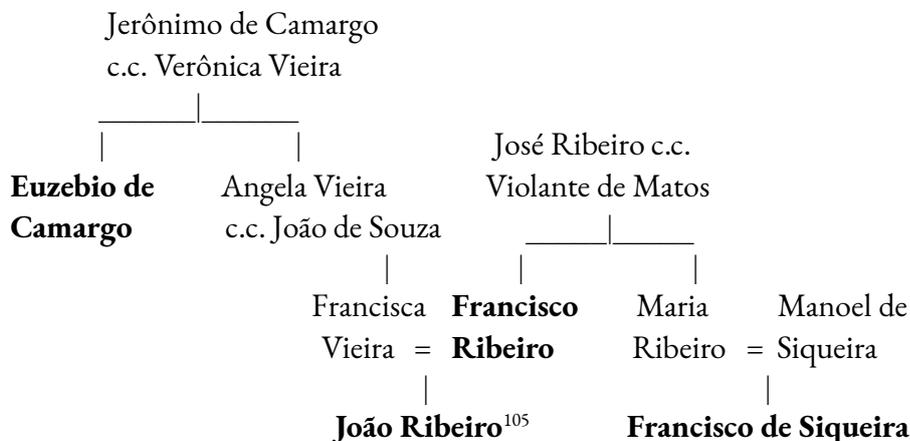
¹⁰⁴ Batizado em 27/09/1835, tendo como padrinhos a Joaquim Antonio de Moraes e sua mulher Maria do Espírito Santo (Livro de Batismos de Itapecerica, 1805-1844, p. 48v).

lado, o mesmo Francisco Ribeiro era tio do músico Francisco de Siqueira – que tinha praticamente a mesma idade do primo João Ribeiro.

Não encontramos indícios de que o pai de Francisco Ribeiro, José Ribeiro, tenha sido músico também. Nos censos de 1802, os primeiros onde figuram as atividades profissionais dos aldeados, ele já era falecido. Nesse caso, podemos especular se Euzebio de Camargo possa ter influenciado na profissão de Francisco Ribeiro, o qual casou-se com sua sobrinha. Euzebio teve seus próprios filhos, porém não encontramos evidências de que algum deles tenha exercido o ofício de músico.

Mesmo sem saber de onde ou de quem Francisco Ribeiro tenha aprendido o seu ofício, o mais provável é que ele o tenha transmitido ao filho João, assim como ao sobrinho Francisco de Siqueira. Afinal, a partir de 1805, Francisco Ribeiro não mais aparece nos censos, indicando que provavelmente já era falecido. A partir daí, tanto seu filho João quanto seu sobrinho Francisco deixam de figurar nos censos como músicos, aparecendo entre os que “plantam para comer” – o que faz crer que a atividade musical de ambos estava ligada à presença do pai e tio Francisco Ribeiro.

QUADRO 1 – Parentesco de músicos (em negrito) de Itapecerica.



Fonte: Elaborado pelos autores.

No mais, encontramos também que a segunda mulher de Marcelino de Souza, Bernarda de Carvalho, era prima do músico Calixto Ribeiro pois a mãe deste, Izabel Ribeiro, era irmã do pai dela, Izidoro Fernandes, apesar dos sobrenomes diferentes. É de se supor que a convivência gerada pelo

¹⁰⁵ Seu padrinho de batismo foi o músico Francisco de Almeida.

ofício musical aproximasse as famílias – ainda mais numa aldeia com pouco mais de 200 habitantes como era Itapecerica na passagem do século XVIII para o XIX.

4. A “banda” indígena de Itapecerica (1767-1835)

À luz do conjunto de perfis biográficos estabelecidos acima conseguimos reconstituir, em linhas gerais, a trajetória do conjunto musical do aldeamento através dos tempos. Identificamos ao menos três gerações de músicos, correspondentes ao período jesuítico, ao do “Diretório dos Índios”, e ao do Brasil independente.

4.1. Herança jesuítica (final do século XVIII)

Fazem parte dessa geração os três músicos que cresceram durante o período jesuítico, sendo plausível que tenham aprendido dos religiosos a profissão musical. Como “organista e mestre da solfa”, é de se supor que Euzébio de Camargo (1735-?) tenha sido uma figura preponderante dentre os músicos desta fase. Ao fugir da aldeia em 1773, a “banda” deve ter ficado a cargo de Francisco de Almeida (c. 1735-1807) ou Benedito Ribeiro (c. 1747-1819), que persistiram no ofício musical, transmitindo-o às próximas gerações. Francisco de Almeida continuará ativo como músico ao menos até 1802, e Benedito Ribeiro até 1813. Podemos talvez considerar como pertencente a essa geração o “trompista” anônimo (Francisco Ribeiro?) repreendido em 1776 por estar amancebado com uma indígena de outra aldeia.

É possível que todos tenham feito parte do grupo de músicos solicitados a se apresentarem na fazenda Sant’Anna conforme a portaria de 1767 – um dos raros documentos a registrar a atuação de conjuntos musicais indígenas no período colonial. A falta do registro sistemático das profissões nos Maços de População do século XVIII limita a nossa compreensão sobre o período, não nos permitindo identificar ali outros músicos além dos mencionados acima.

4.2. Do "Diretório dos índios" ao fim da colônia (1802-1822)

Os censos de 1802, os primeiros onde figuram sistematicamente as profissões dos recenseados, registram oito músicos na aldeia. Muitos deles aparecem como músicos apenas nesse ano, como Francisco Ribeiro (1761-após 1802), Felix Dias (*fl.* 1802-1807), Miguel de Matos (1776-1807), Francisco de Siqueira (1784-após 1802) e João Ribeiro (1786-após 1808) – tanto no censo de Santo Amaro, como na lista específica do aldeamento do mesmo ano. Isso não significa necessariamente que eles não tenham exercido o ofício anteriormente; apenas que as características da fonte limitam as informações a respeito.

Joaquim Vieira Leme (1775-1836) parece ter exercido uma função de preponderância no grupo nesse período, pois possui uma longa atuação como músico, registrada desde 1802 até 1829. Bem relacionado entre os conterrâneos, foi padrinho de casamento de vários habitantes de Itapeçerica, inclusive do segundo casamento do músico Calixto Ribeiro (1778-1837), e de uma das filhas do músico Miguel de Matos.

Curiosamente, o censo de 1805 não registra nenhum habitante atuando como músico no aldeamento; todos os que eram músicos em 1802 aparecem aqui entre os que "plantam para comer". Caso esse fato não seja somente um reflexo dos critérios e prioridades do recenseador da vez, isso pode significar uma interrupção da atividade musical na aldeia, talvez por uma situação geral de penúria, forçando seus habitantes a se concentrarem na subsistência. Em 1806, apenas figuram como "muzicos" o veterano Benedito Ribeiro e Joaquim Vieira. A partir de 1808, a eles se somam Antonio de Figueiró (*fl.* 1768-1814)¹⁰⁶, Calixto Ribeiro e Marcelino de Souza (1781-1851).

Antonio de Figueiró atuará ao menos de 1808 a 1814. Já Calixto Ribeiro e Marcelino de Souza tiveram carreiras mais longas, chegando a atuar até pelo menos 1829. Ambos, juntamente com Joaquim Vieira, são provavelmente os responsáveis por levar a tradição aos membros da próxima geração.

¹⁰⁶ Antonio de Figueiró aparecerá como "muzico" também na lista específica de 1802, mas não no censo do mesmo ano, onde apenas "planta para comer".

4.3. Brasil independente (a partir de 1822).

Além dos veteranos da fase anterior ainda ativos (Joaquim Vieira, Calixto Ribeiro e Marcelino de Souza), essa fase da "banda" conta com outros músicos da mesma geração que, porém, apenas figuram como tal após a independência do Brasil. É o caso de Francisco de Paula (*fl.* 1802-1835), registrado como músico apenas a partir de 1822 até 1835. Da mesma forma, Miguel Borges (1784-1861) é registrado como "muzico" somente a partir de 1825, quando retorna à aldeia após uma longa ausência em Campinas.

Os novos músicos que surgiram nesse período são Custódio Francisco (*fl.* 1822-1825) registrado como "muzico" apenas em 1822; Felix Vieira (1791-após 1846) "muzico" em 1825 e 1835; José Machado (*fl.* 1821-1827), "muzico" de 1825 a 1827; e Ponciano de Paula (1810-após 1846), filho de Francisco de Paula, ativo na profissão de 1827 a 1835.

Em 1827 contam-se seis músicos em Itapeçerica, que caem pela metade em 1829, onde apenas os veteranos Calixto Ribeiro, Joaquim Vieira e Marcelino de Souza subsistem como tal, sendo os demais classificados como "agricultores". Em 1835, o último censo onde as profissões são registradas sistematicamente, apenas se vêem três músicos: Francisco de Paula, seu filho Ponciano, e Felix Vieira. É possível que isso signifique, ainda que apenas na oficialidade, o declínio da atividade musical na aldeia.

Em 1846 os censos já não registram as profissões dos habitantes de Itapeçerica, apenas seus nomes e idades. Ali se vêem listados, porém, Marcelino de Souza, aos 69 anos, Miguel Borges, aos 62, Felix Vieira, aos 51, Jozé Machado, aos 44, e Ponciano de Ramos aos 34 anos, além de Clemente de Oliveira, músico do Embu, aos 60 anos de idade (Issa Gonçalves; Castagna, 2024, p. 19) não ficando claro a que profissão se dedicam. Teriam eles influenciado as próximas gerações de músicos itapeçericanos?

5. Considerações finais

Com as informações aqui recolhidas, além da reconstituição da biografia básica dos músicos itapeçericanos, pode-se também esboçar um perfil sociológico dos mesmos. Os músicos indígenas

que estudamos eram, em sua maioria, comprovadamente alfabetizados, como atestam a presença das assinaturas dos mesmos nos Maços de Santo Amaro¹⁰⁷, ou nos registros paroquiais de Itapecerica. Benedito Ribeiro (c. 1747-1819) chegou inclusive a ser “mestre de escolla”. Isso pode indicar que a educação dos membros da “banda” consistia em uma instrução bem mais completa que a exclusivamente musical.

Assíduos frequentadores da igreja por gerações, envergando nomes e sobrenomes lusitanos assim como patentes militares, instruídos na língua portuguesa e na escrita, a única coisa que, na prática, diferenciaria os moradores dos aldeamentos dos portugueses da colônia (sobretudo nessa fase final do “Diretório dos Índios”) era sua origem étnica. A atividade musical que eles exerciam se inseriam no contexto da oficialidade e eram destinadas a abrilhantar as festas promovidas pelas autoridades coloniais, não sendo, portanto, expressão da musicalidade originária indígena.

À semelhança do que acontecia com os brancos portugueses, seus nomes lusitanizados¹⁰⁸ também podiam se repetir em diferentes gerações. Miguel de Matos, por exemplo, possui um homônimo (talvez seu avô ou bisavô) que viveu em meados do século XVIII (Livro de Casamentos de Itapecerica, 1732-1805, p. 121v.), o mesmo ocorrendo com Calixto Ribeiro (*ibidem*). Também, encontramos, entre os moradores do aldeamento, alguns indivíduos com o mesmo nome e sobrenome sem que necessariamente sejam parentes, sendo necessário cuidado para não os confundir.

Um fato singular que as pesquisas também revelaram foi a presença de “mulatos” e escravizados negros no aldeamento de Itapecerica, dado esse que, de acordo com Dora Shellard Corrêa¹⁰⁹ e

¹⁰⁷ Alguns “muzicos” assinavam os Maços “a rogo”, ou seja, o recenseador assinava o registro por eles. Porém, isso não significa necessariamente que o recenseado seja analfabeto, pois vimos que muitos dos músicos que assinam seus nomes de próprio punho nos registros paroquiais, também assinam “a rogo” pelo recenseador, como é o caso de Marcelino de Souza e Joaquim Vieira.

¹⁰⁸ A substituição do nome indígena por um nome lusitano era um passo importante para a aculturação dos povos originários. Em 1800, no aldeamento de Queluz, o padre Januário Nunes de Siqueira batizava sistematicamente as mulheres como “Maria” e os homens como “Manuel”. Assim sendo, o cacique Chanim e os índios Cohen, Upi, Xahé, e Saque foram todos batizados como “Manuel”, assim como as índias Tyhú, Axiquá, Ahupan, Mbó, Uahú, Ahia, Aguí, Cugui, Egú, Xupita, Mafagú e Goagué, viraram todas “Maria” (Boletim, 1948, p. 131-132).

¹⁰⁹ “Os documentos afirmam que, além dos índios forros, escravos da terra e da Guiné, essas doações feitas ao Colégio incorporavam mulatos, filhos de negras d’Angola e que ‘por terem servido bem a seus senhores ficarão forros’. Não encontramos mais indicações desses mulatos nos aldeamentos, muito embora os testemunhos dêem a entender que, em 1722, eles lá estavam ao lado dos índios.” (Corrêa, 1999, p. 50).

Angélica Brito Silva¹¹⁰, ainda necessitava confirmação. Por exemplo, o pai do músico Felix Vieira (1791-após 1846), Clemente Vieira, é um "índio mulato" e sua mãe, Maria Rita, é "negra do gentio da Guiné" e "escrava" de Maria Isabel da Fonseca, a qual alforriou seu filho Felix na pia batismal. O próprio Felix, apesar do sangue mestiço, é por vezes considerado "negro" nos censos, enquanto seus irmãos são "pardos". Miguel de Matos (1776-1807) é "índio mestiço com negro", assim como sua mulher. A mãe de Francisco de Paula (*fl.* 1802-1835), Ignacia da Costa, é também classificada como "negra" nos censos; e Antonio de Figueiró (*fl.* 1768-1814), por sua vez, é filho de Caetano de Figueiró, um "mulato agregado" à aldeia, que comprou a liberdade de uma das filhas, indicando ser também ele de uma família que foi escravizada.

Quanto aos aspectos musicais da "banda", algumas questões podem ser colocadas para se avançar no tema. Seria ela constituída nos moldes das bandas militares, com soldos fixos, justificando a menção a "muzico" como profissão oficial nos censos? Ou ganhavam por prestação forçando-os a trabalhos paralelos para complementar o orçamento doméstico? Ou ainda continuavam espontaneamente por tradição?

Hoje, Itapecerica da Serra possui "uma das bandas mais antigas no Brasil em funcionamento" (Oliveira, 2020, p. 224): a "Corporação Musical Imaculada Conceição", fundada em 1893 – e cujos arquivos, ainda não catalogados, são conservados pelo poder público municipal. Novas pesquisas poderiam determinar, entre outras coisas, em que medida essa corporação musical itapecericana poderia representar uma continuidade da atividade dos nossos "índios muzicos" do século XVIII.

¹¹⁰ "Consta que em 1703, 'Na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres bautizou [...] o Reverendo Padre Belxior de Pontes dois adultos do gentio de Guiné, e duas adultas da mesma nação'. Não fica explícito, no assento, se os batizados eram escravos da aldeia de Itapecerica, ou de outra localidade. Apesar disso, trata-se de dado relevante e que necessita de averiguação, a fim de determinar se escravos africanos coexistiram nestas aldeias, confirmação que ainda não temos" (Silva, 2021, p. 275).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa (processo nº 2022/11899-3), assim como ao Sr. Jair Mongelli Júnior, diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, por sua obsequiosa atenção aos nossos trabalhos.

REFERÊNCIAS

1. Fontes de arquivo

1.1. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Livro de Batismos de Itapeçerica (1733-1802), ACMSP 10-2-49
Livro de Batismos de Itapeçerica (1805-1844), ACMSP 11-2-50
Livro de Casamentos de Itapeçerica (1732-1805), ACMSP 10-2-49
Livro de Casamentos de Itapeçerica (1805-1844), ACMSP 1-1-15
Livro de Casamentos de Itapeçerica (1844-1869), ACMSP 11-2-39
Livro de Óbitos de Itapeçerica (1761-1844), ACMSP 1-4-7
Livro de Óbitos de Itapeçerica (1857-1871), ACMSP 11-2-64
Livro de Óbitos do Embu (1816-1887), ACMSP 10-2-52
Livro de Casamentos de Ibiúna (1831-1838), ACMSP 6-2-3
Livro de Casamentos de Santo Amaro (1752-1770), ACMSP 4-2-33

1.2. Arquivo Arquidiocesano de Campinas

Livro de Batismos de Campinas (1797-1812)
Livro de Batismos de Campinas (1813-1819)
Livro nº 2 de Casamentos de Campinas (1806-1818)

1.3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba

Livro de Casamentos de Curitiba (1784-1801)

1.4. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Maços de População de Santo Amaro, APESP: 1765, 1766, 1773, 1775, 1776, 1778, 1779, 1781,

1782, 1783, 1785, 1787, 1794, 1795, 1798, 1802, 1804, 1805, 1807, 1808, 1809, 1810, 1813, 1814, 1815, 1816, 1818, 1816-1818 ("correção"), 1822, 1825, 1827, 1829, 1832, 1835, 1836, 1842, 1844, 1846, 1847.

Maços de População de Cotia, APESP: 1783 [Itapeçerica, Embu, Carapicuíba].

Maços de População de Campinas, APESP: 1815 ["São Carlos"].

1.5. Biblioteca Nacional

Lista dos Índios da Aldeia de Itap.^{ca}, 19 jan 1768, Francisco Godinho Pais, BN mss. 1459575, I-30, 24, 18 – Manuscritos. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1459575/mss1459575.pdf. Acesso em: 1/06/2024.

Listra [*sic*] dos Officiaes do meu Regimento, que não vão declarados nas listras e junctam.^{te} dos Muzicos, Coronel Bernardo Vasco Cardozo, s.d. [séc. XVIII], BN mss. 1443567, I-26,22,019 – Manuscritos. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1436001_1448077/mss1443567.pdf. Acesso em: 1/6/2024.

2. Publicações e estudos

ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. 322 p.

BOLETIM do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. **Maço 2 (1721-1804) Tempo Colonial, Secção do Arquivo Historico – Aldeamento de Índios**, vol 8. São Paulo: Globo, 1948. 224 p.

DOCUMENTOS Interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 22 (1896). 213 p.

DOCUMENTOS Interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 65 (1940). 424 p.

DOCUMENTOS Interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 76 (1954). 192 p.

DOCUMENTOS Interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 85 (1960). 201 p.

CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapeçerica de fins do século XVII a 1828.** São Paulo: Estação Liberdade, 1999. 95 p.

FONSECA, Manoel da. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus**

Da Província do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1952. [Original publicado em Lisboa: Francisco da Siva, 1752]. 280 p.

HOLLER, Marcos Tadeu. **Uma história de Cantares de Sion na terra dos Brasis: A música na atuação dos jesuítas na América portuguesa (1549-1759).** 2006. Vol. 1, 252 p. Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, UNICAMP, Campinas, 2006.

ISSA GONÇALVES, Daniel; CASTAGNA, Paulo Augusto. "Índios muzicos" do século XVIII: a banda indígena do Embu (1783-1829). **Revista Vórtex**, Curitiba, v. 12, p. 1-30, abril 2024.

MARCHIORO, Marcio. **Sobre os índios da Pedra Escorregadia: matrimônio e família na aldeia de Itapeperica em comparação com as demais aldeias paulistas (1732-1830).** 2018. 158 p. Dissertação (mestrado em História). UFPR, Curitiba, 2018.

OLIVEIRA, José de Carvalho. Pelas bandas de Santo Amaro: música, coletividade e pertencimento – elementos para a construção de uma identidade. **Revista Tulha**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 206-237, jan-jun. 2020.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas.** São Paulo: EDUSP, 1995. 396 p.

SILVA, Angélica Brito. Do aldeamento de Mboy à formação do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas em Embu das Artes (SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 263-278, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Daniel Issa Gonçalves. Doutor em Musicologia pela Sorbonne Université, Master of Arts pela Musikhochschule Luzern, Master of Advanced Studies e graduado em Música Antiga pela Schola Cantorum Basiliensis – Fachhochschule Nordwestschweiz, além de Arquiteto pela FAU-USP. Radicado na Suíça por 21 anos onde atuou como cantor solista com um repertório que abrange do medieval ao contemporâneo, parte dele registrado em CD. Foi professor de História Transversal da Música na Universidad Nacional de Río Negro (Bariloche, Argentina), integrou o IREMUS – Institut de Recherche en Musicologie (Paris, França), e, atualmente, é pós-doutorando na UNESP com projeto apoiado pela FAPESP sob orientação do Prof. Dr. Paulo Castagna. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2549-5172>. E-mail: issadani@hotmail.com

Paulo Castagna. Graduado e mestre pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), doutor pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade, livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutorando no Instituto de Estudos Brasileiros (USP). Professor e pesquisador do Instituto de Artes da Unesp desde 1994, produzindo partituras, livros, artigos, cursos, conferências, programas de rádio e televisão na área de musicologia histórica, e coordenando a pesquisa musicológica para a gravação de CDs. Colaborador do Museu da Música de Mariana desde 2001, pesquisador do CNPq desde 2007, e membro do Conselho Consultivo da Fundação CEREM desde 2013. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4757-9876>. E-mail: paulo.castagna@unesp.br

TAXONOMIA CREDIT

Autor 1 – Daniel Issa Gonçalves			
X	Conceptualização		Recursos
X	Curadoria de dados		Software
X	Análise formal		Supervisão
X	Aquisição de financiamento		Validação
X	Investigação	X	Visualização
X	Metodologia	X	Escrita – manuscrito original
X	Administração do projeto	X	Redação-- revisão e edição

Autor 2 – Paulo Castagna			
	Conceptualização	X	Recursos
	Curadoria de dados		Software
	Análise formal	X	Supervisão
X	Aquisição de financiamento		Validação
	Investigação		Visualização
	Metodologia		Escrita – manuscrito original
X	Administração do projeto	X	Redação-- revisão e edição

<https://credit.niso.org/>